

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

## ÍNDICE

História do Brasil - Independência e Primeiro Reinado .....	2
O Processo de Independência .....	2
Guerras de Independência .....	2
Reconhecimento da Independência .....	3
Primeiro Reinado (1822-31).....	3
Constituição de 1824 .....	3
Política Interna .....	3
Confederação do Equador (1824).....	4
Guerra da Cisplatina (1825-28) .....	4
Questão Sucessória .....	4
Abdicação de D. Pedro .....	4

# História do Brasil - Independência e Primeiro Reinado

## O Processo de Independência

Desde a infância, aprendemos que o Brasil é um país fantástico, bonito por natureza e composto por um povo pacífico e ordeiro. Evidenciamos a construção de heróis nacionais, a medida que estes mesmos heróis vão construindo noções de um patriotismo romântico na mentalidade de nossas crianças e jovens. Os livros de História, principalmente de inspiração positivista, ressaltam a figura dos grandes vultos do passado, os heróis nacionais, que com seus exemplos e testemunhos acabam por inculcar determinados valores de amor à pátria, defesa da nação, entre outros.

Nesse sentido, a figura de D. Pedro I não foge a esta constatação. A ideia de um herói nacional, montado em seu cavalo branco, às margens do rio Ipiranga, sacando de sua espada a brilhar, apontando em direção ao céu, resplandecente de poder e grande glória e bradando: INDEPENDÊNCIA OU MORTE, tem a função simbólica de referenciar os ideais de nacionalismo e de viver pela pátria a ponto de doar a vida por ela.

Na esteira deste pensamento, é válida a percepção de que a cena da Independência do Brasil talvez nunca tenha se processado da maneira como é contada por muitos professores e livros didáticos. Sendo, portanto, assim narrada para cumprir um importante papel na construção de uma suposta identidade nacional.

A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL, muito bem debatida por Emília Viotti da Costa, deu-se dentro de um caráter ELITISTA, isto é, SEM PARTICIPAÇÃO POPULAR, e ao criar a figura do herói que se doa pela pátria e pelo povo, esvazia o significado das ações políticas da população no passado e, principalmente, no presente. Assim sendo, somos meros coadjuvantes de uma história feita, narrada e contada pela elite. A Independência não deve ser analisada enquanto um gesto isolado do herói D. Pedro, mas analisada a partir de uma pluralidade de situações que se somam para consolidar a EMANCIPAÇÃO nacional.

Em nível de conhecimento, vale lembrar que a INDEPENDÊNCIA se deu a partir da soma de diferentes fatores, dentre os quais seguem alguns abaixo listados:

- > a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil;
- > as ideias iluministas;
- > as pressões inglesas;
- > as independências americanas;
- > a Revolução Liberal do Porto e a ameaça de recolonização;
- > as ambições de D. Pedro.

## Guerras de Independência

Algumas províncias não aceitaram imediatamente a emancipação política do Brasil em relação a Portugal e se negavam a reconhecer a ruptura com a antiga metrópole. Isso se deveu, principalmente, a aspectos econômicos locais, principalmente de grupos ligados ao comércio com a metrópole ou beneficiários da política lusitana.

- » Províncias que não aceitaram a independência de imediato: Bahia, Cisplatina, Grão-Pará e Maranhão;

Por ordem de José Bonifácio, foi organizado o exército e contrataram-se mercenários – principalmente ingleses e franceses – para sufocar as dissidências. Destaque para os mercenários Pascoe Grenfell e Lord Cochrane, que contornaram as dissidências internas, garantindo a integridade territorial do Brasil.

## Reconhecimento da Independência

- > **EUA (1824)** – primeiro país a reconhecer o Brasil como um país independente, baseado nos princípios da Doutrina Monroe (1824): *América para os americanos*;
- > **Inglaterra (1825)** – o reconhecimento se deu em troca da ratificação de interesses comerciais britânicos presentes nos acordos de 1810 e sua prorrogação por mais 15 anos;
- > **Portugal (1825)** – o reconhecimento se deu mediante o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas (emprestados pelos ingleses) e o reconhecimento de D. João VI como Imperador Emérito do Brasil.

## Primeiro Reinado (1822-31)

Com a emancipação política do Brasil, tem-se a necessidade de organizar a vida e a política do novo país, agora autônomo, porém com vínculos e dívidas com outros países, bem como com grupos interessados em orbitar em torno do poder.

### Constituinte de 1823

Iniciou seus trabalhos em 17 de abril, sendo presidida por Antônio Carlos de Andrada e possuindo um caráter com fortes influências iluministas, não passou de um anteprojeto. Seu conteúdo liberal, anticolonialista e antilusitano desagradou o Imperador D. Pedro I, que teria seus poderes limitados, haja vista que esta Carta Constituinte estava baseada no modelo da Tripartição do Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), de Montesquieu. Uma característica curiosa dela é o estabelecimento do voto censitário, tomando por base a produção de farinha de mandioca, daí o apelido de Constituição da Mandioca.

D. Pedro I ordena a dissolução da Assembleia em 12 de novembro, ordem que foi desobedecida pelos deputados, que passaram a noite trancafiados na assembleia; é a chamada Noite da Agonia, sendo que os constituintes foram presos e a Constituição suprimida, em um gesto de autoritarismo do Imperador.

Alegando que só aceitaria uma Constituição que fosse *digna do Brasil e de mim*, D. Pedro nomeia um Conselho de Estado, composto por 10 membros, os quais elaboraram a nova Constituição, que foi outorgada (imposta) pelo Imperador.

### Constituição de 1824

- > primeira Constituição do Brasil;
- > outorgada;
- > governo monárquico, hereditário, constitucional e representativo;
- > divisão do território em Províncias;
- > Catolicismo – religião oficial (embora existisse liberdade religiosa);
- > voto censitário (eleitores divididos conforme a renda – Paróquia e Província);
- > Senado vitalício;
- > Regime do Padroado e do Beneplácito;
- > divisão em 4 PODERES: Executivo, Legislativo (bicameral), Judiciário e Moderador (exclusivo do Imperador).

## Política Interna

Embora não existissem Partidos no sentido atual do termo, devendo estes serem interpretados como grupos políticos e sociais com ideais próprios, havia uma disputa interna, que se desenhava aproximadamente desta forma:

Partido Português	Partido Brasileiro
<ul style="list-style-type: none"><li>&gt; Apoiava o absolutismo de D. Pedro.</li><li>&gt; Institucionalmente, era forte no Senado.</li><li>&gt; Socialmente, era composto pelos grandes comerciantes da Corte.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>&gt; Liberais: eram contra o absolutismo de D. Pedro.</li><li>&gt; Institucionalmente, era forte na Câmara dos Deputados.</li><li>&gt; Socialmente, era composto por pequenos e médios comerciantes da Corte e pelos grandes fazendeiros.</li></ul>

### Confederação do Equador (1824)

Reação direta da elite do Nordeste à Constituição de 1824 e ao autoritarismo de D. Pedro. Insatisfeitos com os altos impostos e com a baixa representatividade política, liderados por Pernambuco, as províncias da Paraíba, Ceará, e Rio Grande do Norte se proclamaram independentes e adotaram a Constituição da Colômbia.

Consistiu em um movimento emancipacionista e republicano, contrário ao absolutismo e continuador da Revolução Pernambucana de 1817. As províncias envolvidas foram reprimidas violentamente, e oito lideranças foram condenadas à execução.

### Guerra da Cisplatina (1825-28)

Conflito armado entre Brasil e Argentina pela posse da região da Cisplatina. Após três anos de conflitos, gastos militares com suprimentos, armamentos e mercenários, endividamento externo, tudo à revelia dos interesses da elite nacional, a Inglaterra interfere apoiando a Independência da Cisplatina que passa a se chamar *República Oriental do Uruguai*.

### Questão Sucessória

Com a morte de D. João VI (rei de Portugal), D. Pedro declara guerra ao irmão D. Miguel, tendo por objetivo colocar a filha D. Maria da Glória no trono. A guerra aumenta os gastos e a dívida da monarquia brasileira, bem como faz a elite nacional temer uma possível reaproximação com Portugal.

### Abdicação de D. Pedro

Com as diversas crises políticas e econômicas que o país sofria desde a independência, aliadas à forte rejeição que se criou em torno de D. Pedro, vários fatores se sobrepõem para entendermos a renúncia ao trono brasileiro:

- > autoritarismo do Imperador;
- > repressão violenta à Confederação do Equador;
- > Guerra da Cisplatina;
- > sucessão ao trono português;
- > privilégios dados aos portugueses;
- > suspeita de envolvimento da morte do jornalista Líbero Badaró (opositor de D. Pedro);
- > comprometimento das finanças nacionais;
- > revolta de militares brasileiros;
- > Noite das Garrafadas.

Diante desse cenário instável e de intensas pressões, somado às ondas de revoluções burguesas que ocorriam na Europa, em 07 de abril de 1831, D. Pedro abdica ao trono em prol do filho Pedro de Alcântara, de apenas 05 anos de idade.

Como não havia nenhum parente maior de idade para assumir a regência em nome de D. Pedro II, a Constituição determinava que a Assembleia Nacional indicasse três nomes que comporiam a Regência Trina que governaria até a maioria do herdeiro.

---

**Exercícios**

- 01.** A independência do Brasil e a das colônias espanholas na América tiveram como elemento comum:
- a)* as propostas de eliminação do regime escravista imposto pela metrópole.
  - b)* o caráter pacífico, uma vez que não ocorreu a fragmentação política do antigo bloco colonial ibérico.
  - c)* os efeitos do expansionismo napoleônico, responsável direto pelo rompimento dos laços coloniais.
  - d)* o objetivo de manter o livre comércio, como um primeiro passo para desenvolver a industrialização na América.
  - e)* a efetiva participação popular, uma vez que as lideranças políticas coloniais defendiam a criação de Estados democráticos na América.

**Gabarito**

01 - C